



SOCIEDADE

Jovens “nem-nem” no Brasil são quase 36%

Estudo mostra que população de 18 a 24 anos, que “nem trabalha nem estuda”, é a segunda maior entre nações na esfera da OCDE — perde para África do Sul. País também é o 2º com pessoas nessa faixa de idade há mais de 12 meses sem atividade

» ISABEL DOURADO*

O Brasil é o segundo país na esfera da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com a maior proporção de jovens, de idade entre 18 e 24 anos, que não conseguem nem emprego nem continuar os estudos — os chamados “nem-nem”. Os números são do relatório *Education at a Glance (Olhar sobre a educação*, numa tradução livre), divulgado ontem.

Um dos objetivos do levantamento é auxiliar na revisão e na definição de políticas voltadas à educação. De acordo com o documento, 35,9% dos jovens brasileiros estão nesta situação — proporção que é o dobro da média dos países membros da OCDE (da qual o Brasil não faz parte, mas é considerado um membro em potencial), que é de 16,6%. Só fica atrás da África do Sul, com 46,2%.

O relatório da OCDE avaliou a situação de ensino superior e

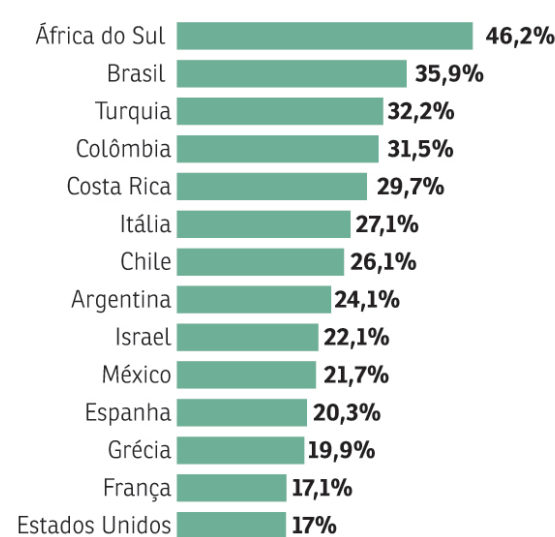
de emprego dos 38 países membros da OCDE. Também foram analisados os dados da Argentina, China, Índia, Indonésia, Arábia Saudita e África do Sul. “Esse grupo, dos que não trabalham nem estudam, deveria ser uma grande preocupação para os governos, já que alertam para uma situação negativa de desemprego e desigualdades sociais”, salienta o documento.

Das 45 nações avaliadas, o Brasil também é o segundo com o maior percentual de jovens por mais tempo na condição “nem-nem”. Dos que estão sem emprego e sem trabalhar no país, 5,1% se encontram nessa condição há mais de um ano.

“Brasil, Grécia, Itália e África do Sul têm a maior proporção de jovens que sofrem de desemprego de longa duração: cerca de 5% ou mais dos jovens de 18 a 24 anos nesses países não estudavam e estavam desempregados há pelo menos 12 meses no primeiro trimestre de 2021. Isso os deixa particularmente em risco

Geração perdida

Percentual de jovens* que não trabalham nem estudam

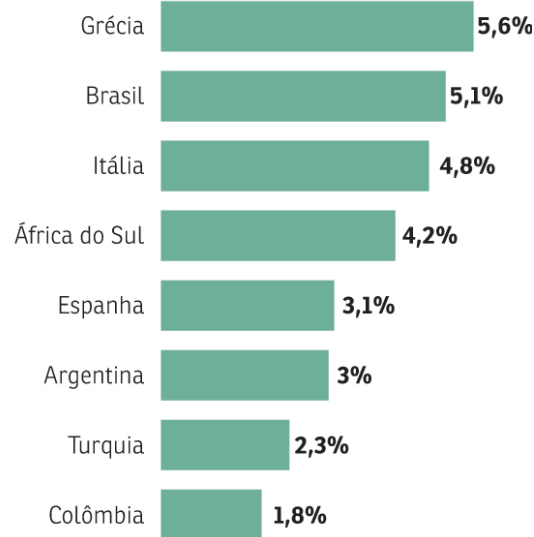


*Entre 18 e 24 anos
Fonte: OCDE

de desligamento de longo prazo do mercado de trabalho”, observa o estudo.

Ainda de acordo com o

Percentual de jovens, por país, que ficam 12 meses ou mais sem emprego ou trabalho



relatório, em todos os países analisados, a conclusão do ensino superior está ligada a mais oportunidades de emprego e

melhores salários. Para o cientista político e diretor da Royal Politics, Rócio Barreto, o alto índice de jovens desempregados e

sem estudar inviabiliza a entrada do Brasil na OCDE.

“Fica difícil para o Brasil querer entrar no clube dos ricos. São países que têm um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) bom. A gente também vê que esses países têm uma distribuição de renda maior, dão mais emprego e estudo para os jovens que queiram se preparar, diferentemente do Brasil”, observa.

O relatório destaca, ainda, que no Brasil apenas 33% daqueles que acessam o ensino superior conseguem terminar a graduação dentro do tempo previsto. Quase a metade (49%) só conclui o curso depois de três anos após o prazo programado.

Na avaliação de Barreto, faltam políticas públicas para que os jovens sejam inseridos no mercado de trabalho e que recebam uma educação pública de qualidade. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é o responsável por enviar os dados educacionais do Brasil à OCDE.

PRÊMIO
CORREIO BRAZILIENSE
CASACOR
BRASÍLIA 2022

Em parceria com o **Correio**, no ano em que a mostra completa **30 anos**, a **CASACOR Brasília** quer saber a sua opinião. Participe da **5ª edição do Prêmio Correio Braziliense CASACOR Brasília 2022**.

Vote nos melhores projetos de decoração, design e paisagismo



Visite a mostra, acesse o site do Correio e vote nos seus ambientes favoritos até **17 de outubro**.

CORREIO BRAZILIENSE

www.correio braziliense.com.br



IBGE

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Além de não serem muitos, recenseadores têm sofrido com a falta de colaboração da população para a pesquisa

Censo atrasará dois meses

» JOÃO GABRIEL FREITAS*

O Censo demográfico de 2022 atrasará aproximadamente dois meses devido à falta de recenseadores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a previsão era de que a pesquisa — que começou em 1º de agosto — fosse concluída neste mês, mas a coleta de dados seguirá até o início de dezembro. O motivo é a quantidade de recenseadores abaixo do ideal.

O IBGE tem 95.448 pessoas coletando dados em todo o país, o que representa apenas 52,2% do total das vagas preenchidas para a realização da pesquisa. O instituto sofre com dificuldades orçamentárias, que impactam a contratação de pessoal para atuar em alguns estados — um dos que apresentam essa dificuldade é o Mato Grosso, com 36,8% das vagas de recenseadores ocupadas.

De acordo com o boletim publicado ontem, desde agosto foram ouvidas 104.445.750 pessoas, em 36.567.808 domicílios, o que representa 48% da população brasileira — estimada em cerca de 215 milhões. A situação preocupa, sobretudo se

comparada com o último censo, realizado em 2010: naquele ano, após 57 dias de coleta de dados, 154 milhões de brasileiros tinham sido entrevistados.

Segundo o diretor de Pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo, o grande empecilho enfrentado até agora é o recrutamento de profissionais. Uma das barreiras que afastam novos recenseadores é o atraso nos pagamentos dos salários. Conforme argumentou, a demora na liberação dos recursos ocorreu por causa de problemas operacionais e não por falta de dinheiro — o orçamento do instituto para a realização do Censo é de cerca de R\$ 2,3 bilhões.

Verbas

Cimar, porém, não afasta a hipótese de se obter mais recursos para o encerramento da coleta de dados no prazo estipulado. A gestão do levantamento ainda aguarda um cenário mais claro dos trabalhos para definir se o IBGE precisará de um aporte orçamentário. “É bem provável que sim”, lamentou.

Além de reavaliar a situação econômica, o IBGE prometeu incentivos por meio de benefícios

para estimular os trabalhadores. O órgão destacou que a estratégia é trazer recursos de outras áreas da pesquisa para tornar as taxas de pagamento mais atrativas. Outro aspecto positivo mencionado é melhorar auxílios para o deslocamento dos profissionais.

Os recenseadores também têm enfrentado problemas com a falta de receptividade das pessoas à pesquisa. Nesse sentido, Cimar pede pela atuação dos municípios na conscientização da população. “Essa parceria entre os prefeitos e o Censo é fundamental. É assim no mundo todo. Convido a todos os prefeitos a contribuir com a pesquisa, abrindo as portas para o Censo, que abre as portas para um recurso que a sociedade tanto precisa”, salienta.

O gerente técnico do Censo, Luciano Duarte, disse que o IBGE trabalha para diminuir o impacto da falta de profissionais e estuda formas para garantir uma entrega de resultados mais eficiente. As conclusões da pesquisa devem ser publicadas no final do ano.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi